

## **ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO**

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, pelas dez horas, reuniu no Auditório do Rivoli – Teatro Municipal, o Conselho Municipal de Segurança, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo I; o Conselho Municipal de Juventude, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo II; o Conselho Municipal de Educação, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo III, devidamente convocados para o efeito.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** deu início à reunião, cumprimentando e agradecendo a presença de todos.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **1. Análise da segurança da Cidade face à situação de alarme social provocada pelo tráfico e consumo de droga no espaço público, nomeadamente, junto de serviços públicos e centros escolares.**

**O Presidente da CMP, Rui Moreira** deu a palavra ao Senhor Superintendente Paulo Lucas, a quem agradeceu a presença.

Afirmou que é fundamental esclarecer o ponto de vista da PSP relativamente a esta matéria.

**O representante do Comando Metropolitano da PSP do Porto, Paulo Lucas** disse que este tema é muito preocupante para a PSP.

Afirmou que se registou, nos últimos 5 anos, um decréscimo na criminalidade no Porto, quer na criminalidade geral, quer na criminalidade grave. Referiu que os indicadores são positivos mas continuam a existir problemas complicados e continua a ser uma prioridade o combate ao crime. Deu nota de que a PSP faz, em média, mais de 11 detenções por dia; apreende mais de 42 armas por semana; participa em cerca de 20 manifestações todos os meses; faz mais de 390 policiamentos desportivos; e faz cerca de 19 operações policiais de prevenção por dia. Acrescentou que existe ainda um outro problema muito complicado relacionado com as respostas às solicitações. Deu nota de que a PSP tem, em média, abertos 15 a 25 incidentes em permanência, o que significa que a polícia tem na sua área de intervenção um conjunto de

preocupações. Sublinhou que, nos últimos anos, se verificou um aumento significativo de eventos desportivos e culturais; um aumento do turismo; e um aumento da atividade noturna.

Registou ainda o dever de colaboração que a PSP tem com um conjunto de entidades. Afirmou que, perante este cenário e perante um défice de recursos humanos, a PSP tem de estabelecer prioridades e é isso que a PSP pede à tutela, ou seja, que sejam definidas prioridades.

Abordou o tema do tráfico e do consumo de drogas, referindo-se concretamente ao Bairro da Pasteleira e ao Bairro Pinheiro Torres. Sublinhou que o problema não é novo e não existe apenas nestes locais.

Afirmou que o problema tem de ser analisado sobre 3 perspetivas: intervenção no espaço; intervenção junto dos traficantes; e intervenção junto dos consumidores.

Quanto à questão do tráfico, disse que tem sido feito muito trabalho. Deu nota de que, até setembro do presente ano, a PSP realizou 698 detenções. Salientou neste campo a colaboração do Ministério Público.

Disse que, do ponto de vista do combate ao tráfico, existem dificuldades em exigir resultados muito diferenciados por parte da sua estrutura de investigação criminal, considerando os efetivos, os instrumentos legais de que dispõe e os meios que lhes pode alocar.

Quanto ao consumo de estupefacientes em espaço público, disse que este é o mais crítico do ponto de vista de perceção de segurança e perceção de integridade.

Relativamente ao problema do tráfico, afirmou que se coloca sempre a questão se a intervenção deve ser mais policial ou uma intervenção mais ao nível da saúde e da assistência social. Na sua opinião, colocar o foco na polícia não é o mais adequado. Sublinhou que o consumo não é crime, é apenas uma situação de contraordenação, cujos mecanismos têm uma eficácia reduzida.

Explicou que, desde 2000, que o regime existente em relação ao consumo é um regime de uma mera contraordenação, o que significa que a polícia apenas pode identificar o cidadão que está a consumir em espaço público ou privado, levantar um auto e notificá-lo para ele se dirigir à Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência. Deu nota de que a referida Comissão pode, caso se trate de um consumidor não toxicodependente, optar por uma sanção pecuniária cujo montante é de 25 euros; se o consumidor for toxicodependente não lhe pode ser aplicada qualquer sanção, apenas deve ser encaminhado para tratamento.

Referiu que, ao longo deste ano, foram identificados, por situações de consumo em espaço público, 545 indivíduos, o que significa que, apesar da reduzida eficácia, a polícia não deixa de usar este instrumento.

Afirmou que ouviu o Senhor Presidente da CMP dizer que existe um conjunto de condutas que, não tendo qualquer censura quando cometidas em espaço privado, deverão merecer uma censura diferenciada quando cometidas em espaço público devido ao impacto que provoca em terceiros. Questionou se a reação que o sistema global (administrativo, de saúde e judicial) tem em relação ao consumo em espaço privado, deve ser igual para o consumo em espaço público.

Afirmou que a polícia tem as ferramentas para minorar os impactos, mas não tem ferramentas para resolver o problema, que obriga a intervenções no espaço, junto dos traficantes e dos toxicodependentes.

**O cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto, Artur Ribeiro (CDU)**

sublinhou que esta é a terceira reunião de CMS – Conselho Municipal de Segurança em 2 anos. Sublinhou que o Regulamento estabelece que o CMS deve reunir de 3 em 3 meses, mas infelizmente isso não tem acontecido.

Lembrou que, na primeira reunião, perguntou se seria possível a Senhora Comandante da PSP apresentar uma informação ao CMS sobre as dificuldades da PSP do ponto de vista dos recursos humanos, dos equipamentos, das viaturas e das esquadras. Sublinhou que esta informação não foi apresentada na reunião seguinte e voltou a solicitá-la. Acrescentou então, na terceira reunião do CMS, a discutir o tema da toxicodependência na Cidade ainda sem a informação que pediu à PSP.

Afirmou que podem contribuir para uma solução com as forças de segurança, nomeadamente a PSP, mas o problema da droga só se resolve solucionando as causas que dão origem à existência da droga.

Lembrou que foi aprovada, por unanimidade na CMP e também na Assembleia Municipal, a implementação de um conjunto de medidas que, se forem de facto implementadas no próximo ano, poderão contribuir para retirar pessoas da toxicodependência.

Disse que existe a necessidade de a Câmara implementar a proposta que foi aprovada e que envolve a Segurança Social, a PSP, as juntas de freguesia e as associações. Referiu que existem, no Porto, 51 bairros municipais onde habitam muitas pessoas vulneráveis; mais 8 bairros do IHRU; e 1 bairro da Misericórdia, o que totaliza 60 bairros com cerca de 15 mil fogos, onde existem muitos problemas. Sublinhou que são necessárias medidas para ocupar os jovens com animadores sociais e desportivos, com equipamentos criados nos bairros para que, dentro de alguns anos, o problema da droga deixe de existir no Porto.

Realçou o problema da falta de recursos, dizendo que a CMP já comprou 10 viaturas para a polícia, situação inadmissível pois esta é uma competência do Estado.

Salientou que a CMP paga para ter policiamento junto das escolas, mas é ao Estado que compete garantir a segurança das pessoas.

Deu nota de que a CMP decidiu oferecer os equipamentos para duas salas de consumo assistido e, portanto, a Câmara está a fazer o seu trabalho.

Considerou que não é necessário alterar a Lei, precisam é de dar capacidade de intervenção à PSP para poder cumprir a Lei existente.

Referiu que o Senhor Presidente da CMP tem de denunciar a situação das viaturas avariadas, das esquadras sem condições e da falta de recursos humanos.

Concordou com o Superintendente da PSP, Paulo Lucas, que afirmou que a presença dos agentes da polícia no local é um fator dissuasor do consumo de droga.



Na sua opinião, o consumo não deve ser crime e este não é um problema que se resolve com repressão.

**O cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto, José de Castro (BE)**

considerou que o tema em discussão é muito importante. Referiu que este fenómeno ocorre, sobretudo, nas grandes cidades e, por força disso, tem merecido a reflexão de inúmeros estudiosos, que apontam a importância do desenho urbano para se conseguir formar locais mais seguros e reforçar a sensação de segurança das populações. Sublinhou que estão a decorrer trabalhos preparatórios de elaboração do próximo PDM – Plano Diretor Municipal da Cidade do Porto e, portanto, este é o momento para dar à componente do planeamento e do desenho urbano um papel mais relevante.

Sublinhou que nem todas as condutas socialmente danosas são criminalmente sancionadas. Chamou a atenção para o facto de o Regime Geral das Instituições Financeiras não criminalizar um banqueiro por enganar o Banco de Portugal. Referiu que esta é uma conduta danosa com uma gravidade enorme e que não é criminalizada.

Relativamente ao tráfico, lembrou que, em 1993, a sanção criminal era, no caso do tráfico agravado, entre 5 e 16 anos de prisão, entretanto houve alterações, porque essa medida não resolveu o problema. Considerou que regressar ao passado não vai resolver o problema.

Na sua opinião, não se deve criar a ideia de que a videovigilância resolve todos os problemas. Deu como exemplo a Cidade de Nice, que era a cidade francesa com o maior número de câmaras de videovigilância e, no entanto, foi vítima de um ataque terrorista que provocou dezenas de vítimas.

Referiu que, em 2001, foi publicado o Decreto-Lei n.º 183/2001, de 21 de junho, e felizmente a CMP vai avançar com uma das medidas: a da sala de consumo assistida.

Considerou que a Universidade do Porto, outras entidades da Cidade e entidades internacionais podem encontrar as respostas necessárias.

Sublinhou que o desafio é devolver o espaço público à Cidade e reduzir as zonas onde há medo.

**O Presidente da CMP, Rui Moreira** concordou com o Artur Ribeiro, pois é verdade que a CMP tem feito todos esforços para encontrar soluções. Sublinhou que, como Presidente da CMP, tem abordado este tema com o Ministério responsável e quando entendeu que era necessário falar publicamente sobre o mesmo fê-lo através da Comunicação Social. Realçou, no entanto, que o alarme social não decorre das suas declarações mas da vivência das pessoas.

Reforçou que é preciso analisar tranquilamente esta matéria e tomar medidas relativamente à comunidade toxicodependente; contudo, o Estado abandonou muitas dessas medidas quando encerrou o IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência. Referiu que o Estado considerou que o problema se podia resolver de outra forma, mas não pode porque é preciso acompanhamento. Saliu que na realidade não existe capacidade instalada para tratar os toxicodependentes.

Quanto à proteção e segurança, disse que existem dificuldades ao nível dos recursos humanos e materiais da PSP e é conhecido o desinvestimento, por parte do Estado, em novos agentes da PSP.

Abordou a questão da transferência de competências na área do trânsito para as polícias municipais, permitindo assim libertar a PSP para outras funções.

Deu nota de que a CMP entendeu entregar à PSP 10 veículos para o policiamento de proximidade. Explicou que a Cidade tem câmaras de videovigilância que são utilizadas para determinados fins que estão regulamentados e tem um CGI – Centro de Gestão Integrada com grande capacidade. Afirmou que se as forças policiais necessitarem de usar os meios da Câmara para os seus fins, estes encontram-se disponíveis.

Deu nota da disponibilidade da Câmara para tratar o espaço público, porque sabem que um espaço público bem tratado aumenta o sentimento de pertença das pessoas e resolve algumas das questões mencionadas pelo José de Castro.

Afirmou que, em 2001, havia uma censura social relativamente a alguns comportamentos, que hoje está a desaparecer. Referiu que os toxicodependentes têm os seus direitos, mas existem outras partes frágeis da população que também têm os seus direitos e isto preocupa-o. Sublinhou que atualmente se verifica que o enquadramento legal não permite agir. Disse que a situação na proximidade das escolas preocupa os professores, os pais e os alunos e, se não existe uma censura social que obrigue as pessoas a procurar outro local, têm de intervir.

Em relação ao consumo assistido, disse que foi decidido, depois de muitas discussões na Assembleia Municipal, que a CMP disponibilizaria 400 mil euros para 2 salas de consumo assistido móveis ou amovíveis, devido à migração do fenómeno. Saliu que esta foi a decisão da CMP mas, até ao momento, nada aconteceu, pois também nesta matéria o Estado nada fez.

Esclareceu que nas salas de consumo assistido as pessoas têm de encontrar alguém que as possa auxiliar, um enfermeiro, um psicólogo e até mesmo um psiquiatra. Referiu que as salas de consumo assistido só fazem sentido se ambos os lados da comunidade, os toxicodependentes e os que não são toxicodependentes, entenderem que esses espaços têm uma utilidade de segurança para aqueles que consomem e para os que não consomem.

Disse que o tráfico de droga tem uma moldura penal elevada, mas o maior problema é do consumidor traficante, cuja pena prevista é de 3 anos, o que permite que aguardem em liberdade até haver julgamento.

Afirmou que é necessário encontrar uma forma de censura social que permita que as pessoas, que têm uma vida diferente, não se sintam inibidas por terem a sua vida.

**O Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António Fonseca** disse que o mais importante não é a regularidade das reuniões dos conselhos municipais mas o momento em que as mesmas se realizam.

Considerou que este é o momento da descentralização na área da segurança e esta deve estar sob alçada do Senhor Presidente da CMP ou num modelo intermunicipal.



Na sua opinião, a videovigilância centralizada num comando metropolitano retira todos os argumentos a quem coloca em causa a legitimidade e a privacidade de quem lá trabalha, ou seja, agentes devidamente identificados para estar no local.

Deu exemplos de cidades europeias para validar o seu argumento sobre a utilidade da videovigilância.

No caso da droga na sua Freguesia, disse que, como é do conhecimento de todos, 80% dos sem-abrigo que se encontram no Centro Histórico afirmaram que estão neste local pelo fácil acesso à droga na Sé. Salientou que cada distrito e cada conselho do País tem uma realidade diferente e criminalidades diferentes.

**O Presidente da CMP, Rui Moreira** afirmou que é contra qualquer modelo de alteração constitucional que permita a descentralização de competências na área da proteção e segurança dos cidadãos.

**O representante da Polícia Judiciária do Porto, Pedro Silva** considerou importante abordar o contexto mundial e posteriormente analisar a realidade do Concelho do Porto.

Referiu que Portugal está, como muitos países da União Europeia, em contraciclo relativamente ao problema do tráfico de droga. Disse que o tráfico de droga deixou de ser encarado como uma grande maleita do século, pois surgiram outras criminalidades que o substituíram, ou seja, a sociedade acomodou o tráfico de droga como sendo algo incontornável, com o qual tem de viver. Referiu-se ao *World Drug Report 2019*, das Nações Unidas, e deu nota daquilo que se passa no Mundo em matéria de estupefacientes.

Abordou a realidade em Portugal, dizendo que a Lei n.º 96/2017, de 21 de agosto, determina que o tráfico de estupefacientes não é um crime de investigação prioritária. Acrescentou que a próxima versão deste Diploma nem sequer contemplará o crime de tráfico de estupefacientes como crime de prevenção prioritária. Disse que as forças policiais terão de respeitar a Lei de política criminal em causa, ajustando os seus efetivos, recursos e prioridades a esta Lei.

Salientou que o tráfico de estupefacientes verificado na zona em discussão é um crime de comércio de cocaína, *crack* e heroína e, neste momento, na Polícia Judiciária existe um inquérito relacionado com a zona urbana em causa.

**O Presidente da CMP, Rui Moreira** agradeceu o esclarecimento do representante da PJ, que explica a posição que algumas forças políticas têm tomado relativamente a esta matéria, que tem sido de negacionismo. Sublinhou que existe uma política de negacionismo que segue em sentido contrário das evidências.

**O cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto, Marco Leitão (PS)** felicitou esta iniciativa.

Disse que está ligado à Freguesia de Lordelo do Ouro, que é uma Freguesia bastante problemática no que diz respeito a esta questão.

Na sua opinião, não se deve avançar para a criminalização do consumo mas compreende as razões invocadas pelo Senhor Presidente da CMP.

Considerou que a medida, encontrada em 2001, foi uma boa solução para combater tráfico e uma boa medida para resolver o aumento significativo de casos de SIDA e Hepatite B e C.

Reconheceu que a administração dos bairros municipais não é fácil, mas deve ter sempre a ambição de melhorar as condições de vida dos cidadãos que moram nesses bairros, porque, muitas vezes, as questões do tráfico e do consumo estão associadas a estas zonas e às pessoas que nelas vivem e, se essas pessoas tiverem melhores condições de vida, é provável que haja uma redução do consumo e do tráfico.

Afirmou que o IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência não foi extinto pelo Governo do PS, a sua extinção aconteceu anteriormente. Na sua opinião, já devia ter sido criado um instituto com as mesmas características, mas ainda espera que isso possa acontecer brevemente.

Referiu que a grande dificuldade está em coordenar as várias entidades que atuam nesta área e a CMP e as juntas de freguesia podem ter um papel fundamental.

Sublinhou que a redução de custos tem afetado as entidades públicas e admite que isso possa ter repercussões na quantidade de agentes das Forças de Segurança Pública que possam intervir nesta área.

Deu nota de que o bom trabalho que Portugal tem desenvolvido nesta área, ao longo dos anos, é reconhecido internacionalmente.

**O representante da FAP – Federação Académica do Porto, Miguel Videira** disse que a FAP tem várias áreas de intervenção: política, desportiva, cultural, recreativa e social.

Referiu-se ao fenómeno de assaltos junto aos polos da Asprela e do Campo Alegre.

Em relação ao consumo e tráfico de droga, disse que a FAP tem o projeto "FAP no Bairro" que atua em dois centros comunitários sediados no Bairro do Carrizal e no Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres. Deu nota de que a situação no Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres tem-se vindo a agravar nos últimos 10 meses. Explicou que este projeto é desenvolvido por estudantes do ensino superior que, em regime de voluntariado, desenvolvem atividades com as comunidades mais jovens desses bairros. Deu nota de que, neste momento, a FAP não consegue garantir a segurança dos voluntários. Deu como exemplo o caso de 7 voluntários que, a caminho do local, foram abordados por delinquentes com o intuito de os assaltarem ou venderem droga, o que os levou a desistir sem sequer chegarem ao local.

Mencionou que os pais das crianças que frequentam o Centro Comunitário despejam lá os filhos e ficam do lado de fora a consumir e a vender droga.

Sublinhou que os tempos mudam e as leis têm de se adaptar.

Considerou que não há condições para continuar com o Centro Comunitário no Bairro Pinheiro Torres e estão a ponderar a sua deslocalização.

**O Presidente da CMP, Rui Moreira** agradeceu o contributo do representante da FAP, Miguel Videira.

Referiu que existe um enquadramento legal, mas não existem objetivos nem prioridades e há falta de recursos. Acrescentou que a CMP já está a ajudar o projeto "FAP no Bairro" com recursos e também pode ajudar a resolver alguns problemas. Elogiou o projecto "FAP no Bairro", dizendo que se trata de um projeto fantástico com resultados excelentes, mas que de repente se vê impossibilitado de agir junto de uma população carenciada.

**A representante da Administração Regional de Saúde do Norte, Delfina Antunes** agradeceu a clareza e assertividade da posição do Senhor Presidente da CMP.

Disse que o panorama português, em termos de consumos no contexto europeu, é favorável, está na cauda dos restantes países europeus.

Deu nota de que o observatório da droga evidenciou que o consumo da cocaína, em Portugal, está em crescimento e a perceção da sociedade civil é que há uma ausência de controlo. Sublinhou que estão a assistir a uma ausência de limites.

Referiu que os consumos, em terrenos biológicos e genéticos favoráveis, são, muitas vezes, os acontecimentos inaugurais para psicopatologias graves. Sublinhou que os consumos prolongados vão desestruturando a personalidade com repercussões nos indivíduos, nas famílias e nas sociedades.

Deu nota de que a Saúde tem um conjunto de respostas na área da promoção da Saúde.

Concordou que não existe legislação musculada que permita intervir, pois o conflito entre a saúde pública e a economia é uma interface muito difícil.

Referiu que o IDT não deixou de existir mas perdeu autonomia. Sublinhou que os profissionais que o integravam existem e estão no terreno, tendo, no entanto, uma dependência hierárquica diferente, ou seja, dependem da Administração Regional de Saúde do Norte. Acrescentou que o Senhor Presidente da CMP e o Senhor Vereador Fernando Paulo têm-se articulado com a ARS na proposta de uma sala de consumo vigiado.

Perguntou, atendendo a que o Porto é inovador e debate de forma democrática os seus problemas, se é possível uma postura municipal que permitisse à PSP encaminhar as pessoas, que estão a consumir a céu aberto, para as unidades fixas para fazer os seus consumos, acautelando e protegendo o cidadão comum.

**O Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que a proposta da Senhora Dr.<sup>a</sup> Delfina Antunes não é legalmente possível. Referiu que o encaminhamento das pessoas pode ser feito por voluntários, por associações mas não pela PSP ou por funcionários municipais.



**O representante do Instituto de Emprego e Formação Profissional, António Leite** disse que devem refletir e trabalhar sobre esta questão de forma serena e informada. Referiu que esta questão afeta toda a sociedade e não apenas quem consome a céu aberto.

Deu nota de que foi testemunha do abandono a que a Cidade deixou a população da Sé, porque a Cidade optou por não querer ver, mas a população que vivia na Sé não tinha opção. Sublinhou que, a determinada altura, a população da Sé disse que não aguentava mais aquela situação na Sé. Realçou a importância do papel da CMP, da junta de freguesia e do Governador Civil da altura. Afirmou que este não é um problema novo e admite que no Bairro Pinheiro Torres se sinta com maior intensidade há 10 meses, mas isto acontece porque se sente com menor intensidade noutra local.

Considerou que é necessário aprofundar esta forma de trabalhar em conjunto com os órgãos que possam dar uma resposta. Salientou que o IEFP está disponível para dar as respostas que estiverem ao seu alcance, nomeadamente no que diz respeito à formação de pessoas que possam trabalhar com pessoas afetadas por este problema. Acrescentou que também é importante que estes órgãos exijam os meios, que não existem em número suficiente, a vontade e a disponibilidade de quem tem capacidade para responder.

Afirmou que em Democracia a forma como se faz não é indiferente, ou seja, não é apenas o objetivo que é importante.

Considerou positivo discutir o assunto e procurar uma resposta. Reafirmou a disponibilidade do IEFP para ajudar.

**A representante do Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho, Lisete Almeida**

disse que é Diretora de um agrupamento de escolas que se localiza exatamente no local sobre o qual têm estado a discutir. Referiu que é Diretora há 7 anos e há 7 anos que se depara com estes problemas. Sublinhou que todas as crianças que vêm da zona do Aleixo, Pinheiro Torres e Pasteleira lidam com estas situações diariamente. Disse que as crianças crescem neste ambiente difícil e, enquanto escola e enquanto professores, fazem tudo o que é possível para que os alunos cresçam num ambiente o mais saudável possível.

Deu conta de que a escola leva a cabo várias campanhas com a PSP sobre diversas temáticas. Referiu-se à situação da escola na Pasteleira Velha, dizendo que ao nível de espaço a situação está controlada. Assinalou que o mesmo não acontece na zona das Condominhas, onde à volta do muro da escola pernoitam consumidores de droga. Salientou que o dia na escola das Condominhas começa com os funcionários a recolherem seringas, preservativos e outros objetos do recinto escolar.

Afirmou que, enquanto Diretora deste Agrupamento, a sua preocupação é com a noção de espaço. Sublinhou que o espaço público que envolve as suas escolas não está bem e é preciso agir. Disse que precisa de uma maior ajuda para o espaço público que envolve as escolas.

**O Presidente da CMP, Rui Moreira** agradeceu a participação da representante do Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho.

**A Presidente da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Sofia Maia** deu os parabéns à Dr.<sup>a</sup> Lisete Almeida pelo trabalho que tem desenvolvido como Diretora no Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho.

Afirmou irá reforçar o pedido para que se retome o projeto "Escola Segura", sabendo, no entanto, pela Secretária de Estado, que não há meios operacionais.

Deu nota de que é complicado ver vendedores de castanhas e de velas a serem multados por não terem licença e não ver vendedores de droga a sofrerem consequências pelos seus atos.

Deu os parabéns ao excelente trabalho que a FAP está a desenvolver.

Disse que a droga não é um problema de hoje, sempre existiu e está presente em vários pontos da Cidade.

Referiu que a situação em Lordelo do Ouro e Massarelos está melhor graças aos Serviços da CMP. Sublinhou que é necessário haver agentes da PSP na via pública, a pé, pois é fundamental sentirem segurança.

Deu os parabéns ao Município por tudo o que tem feito e pela coragem de abordar este assunto. Mostrou-se disponível para colaborar.

**O Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que o parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados não é vinculativo e o Ministério da Administração Interna tem a possibilidade de tomar deliberações sobre essa matéria.

Referiu que o Passadiço da Foz está agora ocupado por toxicodependentes a consumir que já nem se preocupam em recolher as seringas. Sublinhou que a situação, em termos de comportamentos, está diferente e é por esta razão que a FAP está a ter problemas com o projeto "FAP no Bairro".

**A cidadã designada pela Assembleia Municipal, Bebiãna Cunha (PAN)** disse que esta temática é multifatorial e tem correlação positiva com a ausência de habitação, ou seja, muitas vezes, os consumos de substâncias psicoativas levam a que as pessoas entrem em determinadas dinâmicas de vida que as levam a perder a sua casa. Acrescentou que a vivência nas ruas pode levar a que as pessoas comecem a consumir substâncias psicoativas e não podem esquecer a correlação positiva com a saúde mental.

Disse que é importante olhar para os problemas numa perspetiva multifatorial e não esquecer o problema se tem arrastado no tempo.

Referiu que, neste momento, estão a discutir soluções reativas mas não podem esquecer a prevenção. Neste sentido, considerou que estão em falta neste Conselho as organizações não-governamentais que têm atuado nesta área.

Afirmou que uma política concertada é essencial na implementação das salas de consumo protegido. Referiu-se ao sucesso destas salas ao nível da recuperação das pessoas.

Sublinhou que precisam de uma atuação ao nível da prevenção e para isso precisam de políticas nacionais conjugadas com as políticas municipais, com vista a uma prevenção eficiente.

Em relação à recuperação do IDT, considerou que pode de facto ser criada uma outra estrutura desde que seja descentralizada.

Afirmou que o combate ao tráfico tem de ser uma prioridade e é preciso reforçar os órgãos de polícia criminal com meios humanos necessários.

**O Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que está a ser atribuído à PSP um conjunto de funções que obrigam a alocar recursos humanos que vão depois faltar noutras áreas.

**O Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, António Gouveia** disse que há duas entidades que devem denunciar como as mais culpadas por não se conseguir fazer melhor: o Ministério da Saúde e o Ministério da Administração Interna.

Afirmou que é um crítico da Justiça, mas mostrou-se satisfeito com a decisão de condenar a 10 anos de cadeia um casal de traficantes.

Disse que não se pode aceitar o tráfico de droga dentro de casas municipais.

Considerou que a coima de 25 euros é completamente absurda.

Deu nota de que Ramalde também é um foco no que diz respeito ao problema da toxicod dependência. Na sua opinião, o fenómeno em Ramalde está a crescer. Referiu que, quando o Movimento Rui Moreira tomou posse, foi possível resolver um grave problema no Bairro das Campinas, em Ramalde, ou seja, resolveram uma ruína que era um foco de tráfico de droga e que se situava a 20 metros de uma escola primária. Acrescentou que foi possível resolver o problema e ainda edificar, no local, um centro de saúde.

Deu conta de que também foi demolido um antigo barracão do Centro Social das Campinas, que era um local de tráfico de droga. Sublinhou que vão fazendo aquilo que é possível na sua Freguesia.

Concordou que devia haver mais agentes da PSP na rua. Disse que tem uma excelente opinião da brigada criminal.

Deu nota de que a Polícia Municipal aparece pouco na Freguesia de Ramalde.

Disse que existe uma intervenção de várias pessoas de diferentes áreas mas considera que existe uma falta de coordenação entre elas. Na sua opinião, podiam fazer reuniões freguesia a freguesia para tentar organizar a situação.

**O Presidente da CMP, Rui Moreira** deu nota de que o Núcleo Executivo da Rede Social reúne todos os meses e são convocadas as juntas de freguesia, que participam ao nível que pretendem. Quanto à visibilidade da Polícia Municipal, disse que atualmente a Polícia Municipal tem recursos perfeitamente adequados para desempenhar as suas tarefas. Referiu que as tarefas na área da

fiscalização ocupam muitos efetivos porque estão a decorrer na Cidade muitas obras que obrigam à presença de um elemento da PSP ou da Polícia Municipal.

**A Vereadora, Ilda Figueiredo** agradeceu a possibilidade de ouvir as diferentes questões e problemas.

Disse que tudo aquilo que foi dito neste Conselho demonstra a importância das políticas públicas e do reforço de meios quer seja das polícias, quer seja nas escolas.

Considerou que devem exigir do Governo as medidas adequadas para o reforço de meios, de pessoal e das condições de prevenção; mas também que o Governo encare este problema, tendo a noção de que o mesmo não se resolve por magia.

Na sua opinião, é necessário existirem políticas integradas também no plano municipal. Sublinhou que são necessárias muito mais políticas públicas para garantir a todos as melhores condições de vida.

**A representante da Administração Regional de Saúde do Norte, Delfina Antunes** respondeu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, António Gouveia, lembrando que, no Porto, existem 3 centros de respostas integradas, que implementam o programa da metadona.

Deu nota de que já existe um conjunto de equipas de rua, financiadas pela Saúde, nomeadamente a SAOM, a Norte Vida, os Médicos do Mundo, mas é, no entanto, necessário reforçar a área do Porto Ocidental, porque se comprovou que existe uma assimetria da distribuição do fenómeno da toxicod dependência e que as equipas de rua do lado ocidental poderiam necessitar de reforço. Referiu-se ao Programa "Troca de Seringas" que contribuiu para a insalubridade dos resíduos com risco biológico na Cidade, mas também tem ajudado a diminuir o HIV, a Hepatite C e as doenças sexualmente transmissíveis.

Explicou que a DICAD – Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências é a estrutura regional com responsabilidades na toxicod dependência, que possui um departamento para a área da promoção da saúde e tem um conjunto de programas que desenvolve sobretudo em contexto escolar.

Referiu-se ao Programa "Anos Incríveis", dizendo que este se tem desenvolvido em 3 territórios problemáticos: Leonardo Coimbra, Rodrigues de Freitas e Viso.

Sublinhou que os consumidores a céu aberto não frequentam os serviços de saúde e este facto tem de estar presente quando procuram soluções. Disse que quando as populações não se querem tratar nem recorrem aos serviços de saúde, tem de ser a Saúde a ir à procurar deles e por esta razão propuseram as salas de consumo vigiado para um *setting* muito específico que são os consumos a céu aberto.

**O cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto, Artur Ribeiro (CDU)** disse que as reuniões do Conselho não devem ser realizadas somente quando é necessário, mas sim como está definido no Regulamento.

Afirmou que, após assistir às várias intervenções, ouviu falar muito da questão repressiva, mas ouviu falar pouco do que é preciso fazer para que exista menos toxicodependentes no futuro.

Sobre a videovigilância, concordou com as afirmações que o Senhor Presidente da CMP fez neste Conselho, ou seja, de que a CMP dispõe de câmaras de videovigilância que estão disponíveis para acesso das forças policiais.

Considerou errada a criminalização do consumo, mas devem existir medidas para evitar que situações como o consumo em frente a escolas continuem a ocorrer nos próximos tempos.

**O Presidente da CMP, Rui Moreira** esclareceu, sobre a coima de 25 euros, que esta só se aplica às pessoas que se declarem não-toxicodependentes, ou seja, que se declarem consumidores ocasionais. Acrescentou que para aqueles que se declaram toxicodependentes não existe coima e são encaminhados para a Comissão.

Afirmou que não se conforma com o que acontece em espaços públicos, que deviam ser preservados.

Disse que o combate ao tráfico de droga deixou de ser uma prioridade política e a questão do investimento na proteção e segurança dos cidadãos também deixou de o ser.

Referiu que a PSP em breve terá um número de efetivos incapaz de responder às necessidades. Deu conta de que no Distrito do Porto houve uma redução, nos últimos anos, de cerca de 12% nos efetivos e a resposta do Ministério da Administração Interna é de que não há problema porque a criminalidade diminuiu.

Referiu que este problema do tráfico de droga não é um problema exclusivo dos bairros sociais. Abordou a questão dos elevados custos dos tratamentos para a Hepatite C e para evitar a sua propagação.

Afirmou que é necessário um Estado que responda às necessidades percebidas pelos cidadãos e que tenha o monopólio da força e da segurança. Considerou que numa sociedade em que o Estado não tem assegurado o monopólio da segurança acontece o que se passa nas favelas do Rio de Janeiro, ou seja, surgem outras forças que se organizam de forma informal para garantir aos cidadãos uma pseudosseguurança.

Nada mais havendo a tratar, pelas doze horas e quarenta minutos, o **Presidente da CMP, Rui Moreira** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da CMP, Rui Moreira.

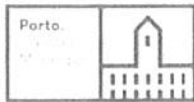
  
O Presidente da Câmara Municipal do Porto

(Rui Moreira)

**ANEXO I**

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Luis', located in the bottom right corner of the page.





**Conselho Municipal de Segurança**  
 (Leit.º 33/58 de 18 de julho)  
 9.ª Reunião, de 21/10/2019  
 Lista de Presenças

Página 1 de 3

Entidade	Representante	Assinatura
Câmara Municipal do Porto	Rui de Carvalho de Araújo Moreira	
CMP/Pequeno da Habitação e Coesão Social	Fernando Paulo Ribeiro de Sousa	
CMP/Pequeno da Proteção Civil	Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel	
Assembleia Municipal do Porto	Miguel Pereira Leite	
União Freguesias de Aldoar Foz do Douro e Nevogilde	Ana Furtado	
Junta de Freguesia de Ramalde	António Castanheira Gouveia	
Junta de Freguesia de Bonfim	José Manuel Fonseca Carvalho	
União Freguesias de Cedofeita Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória	António José Gonçalves Fonseca	
Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã	Ernesto Santos	
Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos	Alberto Amaro Guedes de Machado	
União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos	Carla Sofia da Silva Soares Maia	
Ministerio Público	Luís Dias	
Polícia Judiciária do Porto	Pedro Silva	
Comando Metropolitano da PSP do Porto	Superintendente Paulo Lucas	
Comando da Guarda Nacional Republicana do Porto	Coronel Silvano Edgar Ruas Moreira <small>Comandante Paulo Moreira</small>	
Direcção Regional do Norte do SEF	Dr. António Filipe <small>Chefe superior do distrito</small>	
Polícia Municipal do Porto	Comandante António Manuel Leitão da Silva <small>Liliana Kavinovic</small>	



Conselho Municipal de Segurança  
(Lei n.º 33/58 de 18 de julho)  
9.ª Reunião, de 21/10/2019  
Lista de Presenças

Página 2 de 3

Batalhão de Sapadores Bombeiros	Comandante Carlos Eduardo Saraiva Marques	
União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social	Rui Brito e Cunha Leite de Castro <i>João Filipe Mendes</i>	
CGTP-IN	João Fernando Freitas Torres	
União Geral de Trabalhadores	Clara Quental	
Associação Empresarial de Portugal	Gonçalo Lencastre Medeiros	
Associação Comercial do Porto		
Associação de Comerciantes do Porto	Holden de Carvalho	
DGEsTE - DSRN	Hália Grancho	
Administração Regional de Saúde do Norte, IP	Delfina Antunes	
Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	<i>João José Rodrigues Aguiar</i> Inspetora-Chefe Jacinta Ladeira	
Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social IP	Andreia Baia	
Cidadã designada pela Assembleia Municipal do Porto (RM)	Ana Claudia Almeida	
Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (PPD-PSD)	Joaquim Caldas Moutinho dos Santos	
Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (PS)	Marco Regis Lacomblez Leitão	
Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (BE)	José Manuel de Castro	
Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (CDU)	Artur Ribeiro	
Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (PAN)	Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro	



**Conselho Municipal de Segurança**

(Lei n.º 33/98 de 18 de julho)  
9.ª Reunião, de 21/10/2019  
Lista de Presenças

Página 3 de 3

CIG – Comissão para a  
Cidadania e Igualdade do  
Género

Manuel Joaquim Pereira Albano

CPCJ de Porto Central

CPCJ de Porto Oriental

Renata Branco

*Renata Branco*

CPCJ de Porto Ocidental

José Pedro de Oliveira  
Domingues

UMAR – União de Mulheres  
Alternativa e Resposta

Otilia Nunes Paulos

IMT, I.P. – Instituto da  
Mobilidade e dos Transportes

Anabela Ferreira da Silva

IFR – Instituto de Investigação  
e Formação Rodoviária

Francisco Manuel Leite da Silva

*Francisco Manuel Leite da Silva*

ANSR – Autoridade Nacional  
de Segurança Rodoviária

Sofia Bento

APAV – Associação  
Portuguesa de Apoio à Vítima

Ana Castro Sousa

*Ana Castro Sousa*

*ARS Norte*

*Delírio Antunes, Delegado  
de Saúde*

*Delírio Antunes*

*Delírio Antunes*

*Lin*

## Anexo II



### Conselho Municipal de Juventude

(Lei n.º 8/2009 de 18/02, alterada pela lei n.º 6/2012 de 10/02)  
de 21 de outubro de 2019  
Lista de Presenças

Página 1 de 12

Entidade	Representante	Assinatura
Câmara Municipal do Porto	Dr. Rui Moreira	
CMP/Pelouro da Juventude e Desporto e Pelouro dos Recursos Humanos e Serviços Jurídicos	Vereadora Dr.ª Catarina Araújo	
<b>Associações da RNAJ</b>		
Aliança de Ferro Associação		
Ass. Juvenil Escola Futebol Hernâni Gonçalves		
Associação Age-i-FEUP		
Associação Cultural e Recreativa - Tuna de Tecnologia da Saúde do Porto - TUNATS		
Associação Cura+	<i>Alma Silva</i>	
Associação de Escoteiros de Portugal - Região Norte e Centro		
Associação de Estudantes da Guiné-Bissau-Porto		
ASSOCIAÇÃO ENSEMBLE VOCAL PRO MUSICA		
Associação Erasmus Student Network Porto	<i>pa Amélia do Costa</i>	
Associação Cristo Académico		



Conselho Municipal de Juventude

Decreto n.º 8/2009 de 18/02, alterado pelo Decreto n.º 6/2012 de 10/02 de 21 de outubro de 2019  
Lista de Presenças

Página 2 de 12

Associação Internacional de Estudantes de Engenharia Civil - Porto

Associação Juvenil Transformers

Associação Associação em Substituição Jovens do Norte

Associação Associação

Associação MEDesTU

Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia

Associação Solidarity Soul

Associação Sopros D'Inverno - Cantuna - Tuna Feminina da Escola Superior de Educação do Porto  
Associação Tudo Vai Melhorar

Associação Associação Associação

Associação Associação

Associação Tuna da Universidade Católica Portuguesa-Porto

Associação Tuna de Engenharia da Universidade do Porto

ATFP - Associação da Tuna da Faculdade de Farmácia do Porto

ATUNAFE - Associação da Tuna Feminina de Engenharia da Universidade do Porto

Base RBLO - Associação Junior Marketing do Porto



Centro Regional de  
Formação de Animadores -  
CREFA

*Plácido Ferreira*

*el*

Contractile - Associação  
Juvenil

Coral do Instituto de Ciências  
Biomédicas Abel Salazar

Desportuna - Associação  
Tuna de Desporto

Eclipse Arte - associação  
cultural

ELSA-Associação Europeia  
de Estudantes Escola de  
Direito do Porto-UCP

ESEPUS-Tuna-Tuna da  
Escola Superior de  
Educação do Porto

Exup FEP-Associação

Federação das Associações  
Juvenis do Distrito do Porto

*Plácido Ferreira*

*R*

Federação Nacional de  
Associações Juvenis

*Tiago Rego*

*af. 1/2*

FEDERASMUS - Federação  
Erasmus Student Network  
Portugal

FEP Junior Consulting  
empresa da Faculdade de  
Economia do Porto  
Associação  
FEPIC Club (nova)

First Connection -  
Associação

FLYDESP - FLYERS  
DESPORTUS ASSOCIAÇÃO

*lin*





Conselho Municipal de Juventude

(Lei n.º 8/2009 de 18/02, alterada pela lei n.º 6/2012 de 10/02)  
de 21 de outubro de 2019

Página 4 de 12

Lista de Presenças

GDICBAS - Núcleo de Dança do ICBAS		
GFADORUM - Associação do Grupo de Fados da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto		
Grupo de Fados e Guitarradas de Biomédicas (GFGB) - Associação		
GRUPO LOCAL BEST PORTO		
Historioscopio - associação cultural		
Homo Naturis		
IURIS FDUP Junior- Associação de Jovens Juristas da FDUP		
J E D S U- Associação		
JADE Portugal - Federação de Júnior Empresas de Portugal		
Janela D'Éxito		
JuniFEUP - Júnior Empresa da Faculdade de Engenharia da Universidade Do Porto		
Laranja Ativa- Associação Recreativa Cultural e de Promoção Social (nova)	<i>Leonardo Estrelas</i>	<i>Leonardo</i>
Legislatura- Associação Tuna Feminina da Faculdade de Direito da Universidade do Porto		

*Lin*



## Conselho Municipal de Juventude

Decreto n.º 6/2009 de 18/02, alterado pelo Decreto n.º 6/2012 de 10/02  
de 21 de outubro de 2019

Página 5 de 12

### Lista de Presenças

MOCAMFE - Tempo Livre

NEBUP - Núcleo de  
Estudantes de Biologia da  
Universidade do Porto

NEEMFEUP- Núcleo  
Académico de Engenharia  
Mecânica da Faculdade de  
Engenharia da Universidade  
do Porto

NTIECIVIL- Núcleo de  
Tecnologias na Informação

Engenharia Civil (nova)  
Núcleo Académico de  
História da Universidade do  
Porto

Núcleo BETACCUP

Núcleo de Alunos de  
Sociologia-NASP

Núcleo de Estudantes de  
Bioengenharia da Faculdade  
de Engenharia da  
Universidade do Porto e do  
ICBAS

Núcleo de Estudantes de  
Engenharia Química da  
Faculdade de Engenharia da  
Universidade do Porto  
Núcleo de Jornalismo  
Académico do Porto

NucMMat - Núcleo  
Académico de Engenharia  
Metalurgia e de Materiais da  
FEUP  
Orfeão Universitário do Porto

Organização para a  
Promoção dos Ecoclubes

Partículas de Fantasia



## Conselho Municipal de Juventude

(Lei n.º 8/2009 de 18/02, alterada pela Lei n.º 5/2012 de 10/02)  
de 21 de outubro de 2019

Página 5 de 12

### Lista de Presenças

Pensaprofundo Associação  
Juvenil

PhysikUP - Núcleo de Física  
Engenharia Física e  
Astronomia da Faculdade de  
Ciências da Universidade  
Pirâmide de Sorrisos-  
Associação de Ação Social  
(nova)

Rampa Clube

Refugees Welcome Porto  
(grupo informal de jovens)

SHARE TUP

SIRIGAITAS - Tuna Feminina  
da Faculdade de Farmacia  
da Universidade do Porto

Sociedade de Debates da  
Universidade do Porto -  
SDDUP

SOMA MUSICAL -  
Associação Tuna Feminina

SOTAOATB - Associação de  
Teatro de Biomedicas

TAFDUP Club

TAFEP - Tuna Académica da  
Faculdade de Economia do  
Porto

TATADOX - Núcleo de  
Bioquímica do Porto



### Conselho Municipal de Juventude

(Lei n.º 8/2009 de 18/02, alterada pela Lei n.º 6/2012 de 10/02)  
de 21 de outubro de 2019  
Lista de Presenças

Página 7 de 12

Teatro Universitário do Porto		
Terra Viva!/Terra Vivente - Associação de Ecologia Social		
Tertúlia Itinerante- Associação		
TestCapacity /Associação (nova)		
TIC TAC - Teatro Amador de Ciências		
TOUROS & Ursos- Associação		
Tuna Académica de Biomédicas		
Tuna da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto - Javardémica		
Tuna de Medicina Dentária do Porto		
Tuna Feminina de Biomédicas		
Tuna Feminina Medicina Dentária - Levadas da Broca		
Vega Clube		
VO U - Associação de Voluntariado Universitário		



### Conselho Municipal de Juventude

Decreto n.º 8/2009 de 18/02 alterado pela Lei n.º 5/2012 de 10/02 de 21 de outubro de 2019

Página 8 de 12

#### Lista de Presenças

#### XX ELEMENT PROJECT - ASSOCIAÇÃO CULTURAL

##### Associação de Estudantes do Ensino Superior

Associação de Estudantes  
da Universidade Fernando  
Pessoa

AEESENF - Associação de  
Estudantes da Escola  
Superior de Enfermagem do  
Porto

ANEN - Associação Nacional  
de Estudantes de Nutrição

*Rebecca Marques  
rebecca@uefp*

*Rebecca Marques*

Associação Académica da  
Universidade Lusíada do  
Porto

Associação de Estudantes  
da Escola Superior de  
Biotecnologia da  
Universidade Católica  
Portuguesa

Associação de Estudantes  
da Escola Superior de  
Educação do Porto

*João Ribeiro*

*João*

Associação de Estudantes  
da Escola Superior de  
Música e das Artes do  
Espectáculo

Associação de Estudantes  
da Escola Superior de Saúde  
do Porto - ANTIGA -

Associação de Estudantes  
da Escola Superior de  
Tecnologia da Saúde do  
Porto

*Carolina Romão*

*Carolina Romão*

Associação de Estudantes  
da Faculdade de Arquitectura  
da Universidade do Porto

Associação de Estudantes  
da Faculdade de Ciências da  
Nutrição e Alimentação da  
Universidade do Porto

*Juliana Almeida  
dos Santos*

*Juliana S*

*Lin*



### Conselho Municipal de Juventude

Lei n.º 8/2009 de 18/02 alterada pela lei n.º 6/2012 de 10/02 de 21 de outubro de 2019  
Lista de Presenças

Página 9 de 12

Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Económicas Empresariais da UCP OU Associação de Estudantes da Católica Porto Business School

Associação de Estudantes da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Associação de Estudantes da Faculdade de Economia do Porto

Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto

Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto

Associação de Estudantes da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Associação de Estudantes da Faculdade de Teologia do Porto - Católica

*Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto*

*Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Económicas Empresariais da UCP OU Associação de Estudantes da Católica Porto Business School*

*Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto*

*Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto*

*Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

*Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

*Associação de Estudantes da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto*

*Associação de Estudantes da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto*

*Lin*





Conselho Municipal de Juventude

(Lei n.º 5/2009 de 18/02, alterada pela lei n.º 6/2012 de 10/02)  
de 21 de outubro de 2019  
Lista de Presenças

Associação de Estudantes da Universidade Lusófona do Porto		
Associação de Estudantes da Universidade Portucaleense Infante D Henrique		
Associação de Estudantes do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar - Universidade do Porto	<i>João Pedro</i>	<i>João Pedro</i>
Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia do Porto	<i>Álvaro André Monteiro Rodrigues</i>	<i>Álvaro</i>
Associação de Estudantes do Instituto Superior de Tecnologias Avançadas do Porto		
Associação de Estudantes da Faculdade de Belas Artes da UP		
Associação Nacional de Estudantes de Medicina - ANEM		
Associação de Estudantes da Escola Superior Artística do Porto (Nova)		
Associação de Estudantes da Instituição Superior de Administração e Gestão (nova)		
Associação Solitary Soul (nova)		
FAP - Federação Académica do Porto	<i>Alvaro</i>	<i>Alvaro</i>
<b>Juventude Partidária</b>		
Cidadão designado pela Juventude Comunista Portuguesa		

*Lin*



## Conselho Municipal de Juventude

Lei n.º 8/2009 de 18/02 alterada pela lei n.º 6/2012 de 10/02  
de 21 de outubro de 2019  
Lista de Presenças

Página 11 de 12

Cidadão designado pela  
Juventude do Bloco de  
Esquerda  
Cidadão designado pela  
Juventude Popular  
Cidadão designado pela  
Juventude Social Democrata

Cidadão designado pela  
Juventude Socialista

Cidadão designado  
Ecolojovem - Os Verdes

Cidadão designado pelo  
PAN

### Associações de Estudantes do Ensino Privado

Colégio Alemão do Porto

Colégio D. Duarte

Colégio Nossa Senhora do  
Rosário

Externato de Santa Clara

Lycée Français Marius Latour  
de Porto

### Associações de Estudantes do Ensino Secundário

Escola Artística do  
Conservatório de Música

Escola Artística Soares dos  
Reis

Escola Básica e Secundária  
Clara de Resende -  
Agrupamento de Escolas  
Clara de Resende

Escola Secundária Aurélia de  
Sousa - Agrupamento de  
Escolas Aurélia de Sousa  
Escola Secundária Filipa de  
Vilhena

Escola Secundária Garcia de  
Orta - Agrupamento de  
Escolas Garcia de Orta



### Conselho Municipal de Juventude

(Lei n.º 8/2009 de 18/02 alterada pela lei n.º 6/2012 de 10/02)  
de 21 de outubro de 2019  
Lista de Presenças

Página 12 de 12

Escola Básica e Secundária  
do Cerco - Agrupamento de  
Escolas do Cerco

#### Associações de Estudantes do Ensino Profissional

Escola Profissional de  
Comércio Externo

Escola Profissional de  
Comércio Externo

Escola Profissional de  
Tecnologia Psicossocial do  
Porto  
Escola de Moda do Porto

Escola Profissional do Centro  
Juvenil de Campanhã

#### Membros da Assembleia Municipal

Cidadão designado pela AM  
- Movimento Rui Moreira  
Porto - O nosso Partido

Tiago Serrano Correia de  
Lacerda

Cidadão designado pela AM  
- Porto Autentico - PSD

Mariana Ferreira Ribeiro  
Macedo

Cidadão designado pela AM  
- PS

Pedro Braga de Carvalho

Cidadão designado pela AM  
- BE

Pedro Miguel Cardoso  
Lourenço

Cidadão designado pela AM  
- CDU

Joana Isabel Teixeira  
Afonso Rodrigues

Cidadão designado pela AM  
- PAN

Bebiana Cunha

## Anexo III



### Conselho Municipal de Educação

(D.L. n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003 de 22 de Agosto e pela Declaração de Rectificação n.º 13/2003)

13.ª Reunião, de 21/10/2019

#### Lista de Presenças

Entidade	Representante	Assinatura
Câmara Municipal do Porto	Dr.ª Ru. Moreira	
Assembleia Municipal do Porto	Dr.ª Miguel Pereira Leite	
CMP/Pelouros da Habitação e Coesão Social e Educação	Dr. Fernando Paulo	
Junta de Freguesia de Ramalde	Dr.ª António Castanheira Fernandes Gouveia	
DGestE/DSRN	Dr. João Miguel Gonçalves Dr.ª de Lurdes Gerardo	
Reitoria da Universidade do Porto	Prof.ª Sofia Marques da Silva	
Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado	Prof.ª Doutor António Moreira Dr.ª Paula Pequeto Soares Lopes	
Ensino Secundário Público	Dr.ª Ana Maria da Silva Alves	
Ensino Básico Público	Prof.ª António Alves Cagigal Alves	
Ensino Pré-Escolar Público	Dr.ª Elmira Maria Gomes Lourenço De-Georgi Cunha	
Ensino Básico e Secundário Privado	Dr. António Filipe Cardoso Barbosa	
Federação Concelhia das Associações de Pais do Porto	Senhora D. Analisa Dias Gonçalves Neves	
Federação Concelhia das Associações de Pais do Porto	Senhor António Pedro Valenté Ferreira da Silva	
Federação Académica do Porto	Senhor Miguel Viderra	
União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social	Senhora D. Maria José Miranda	
Administração Regional de Saúde do Norte - IP	Dr.ª Maria de Lurdes Maio Gonçalves	
Instituto da Segurança Social - IP	Dr.ª Esmeralda Morgado	
Instituto de Emprego e Formação Profissional	Dr.ª António Leite	
Instituto Português do Desporto e Juventude, IP	Dr.ª Vitor Dias Dr.ª Clara Brito	



### Conselho Municipal de Educação

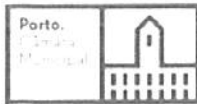
(D.L. n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto e pela Declaração de Rectificação n.º 13/2003)

Página 2 de 3

13.ª Reunião, de 21/10/2019

#### Lista de Presenças

Entidade	Representante	Assinatura
Comando Metropolitano da PSP do Porto	Superintendente – Chefe Paulo Lucas Intendente Mano Alberto Gonçalves Pereira	
AE Alexandre Herculano	Dr.º Manuel José Lima	
AE António Nobre	Dr.º Cristóvão Oliveira	
AE Aurelia de Sousa	Dr.º Margarida Teixeira	
AE Carolina Michaëlis	Dr.º José Manuel Novais	
AE Cerco do Porto	Dr.º Manuel António Sousa Oliveira	
AE Clara de Resende	Dr.º Maria do Rosário Queirós	
AE Eugénio de Andrade	Dr.º Emídio Isaias	
AE Fontes Pereira de Melo	Eng.º Ana Alonso	
AE Garcia de Orta	Dr.º Rui Manuel Fonseca Silva	
AE Infante D. Henrique	Dr.º Edre Batista	
AE Leonardo Coimbra Filho	Dr.º Lisete Almeida	
AE Manoel de Oliveira	Dr.º Arnaldo José Teixeira Lucas	
AE Pêro Vaz de Caminha	Dr.º Armando Alfredo Silva Coelho	
AE Rodrigues de Freitas	Dr.º Maria José Lopes Ascensão	
AE Viso	Dr.º Albano Barbosa da Silva Maia	
Escola Artística do Conservatório Música do Porto	Dr.º António Moreira Jorge	
Escola Artística Soares dos Reis	Dr.º Mariana Régio	
Escola Secundária Filipa de Vilhena	Dr.º Maria de Lurdes Ruivo	



### Conselho Municipal de Educação

(D.L. n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto e pela Declaração de Rectificação n.º 13/2003)  
13.ª Reunião, de 21/10/2019  
Lista de Presenças

Página 3 de 3

Entidade	Representante	Assinatura
Um representante do Conselho Municipal da Juventude	Senhor José Maria Eça de Queiroz Coutinho da Costa	